



## **AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO NO PROJETO DO ZAPATISMO: INTERSETORIALIDADE EM DEFESA DA *MADRE TIERRA***

### *AGROECOLOGY AND EDUCATION IN THE ZAPATISMO PROJECT: INTERSECTORIALITY IN DEFENSE OF MADRE TIERRA*

Cláudio Rodrigues da Silva (silvanegrao@gmail.com – Unesp)<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Com o subsídio de estudos empíricos, bibliográficos e documentais, nesta comunicação tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre desafios enfrentados pelo Zapatismo (Chiapas – México) para a execução do seu projeto agroecológico. Esse Movimento enfrenta condições adversas para a consecução do seu projeto agroecológico, devido ao avanço, em seus territórios e seus entornos, de projetos de desenvolvimento econômico de variados portes, pautados por perspectivas incompatíveis com a agroecologia. Por outro lado, o Movimento, não sem contradições e condições adversas, registra casos exitosos, implementando variadas iniciativas para a execução do seu projeto agroecológico, que, além da produção de alimentos saudáveis, visa a defesa da *Madre Tierra*, objetivo esse imbricado com a questão dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Movimento Zapatista; Agroecologia; Educação autônoma.

#### **Abstract**

With the help of empirical, bibliographical and documental studies, this paper aims to present notes on the challenges faced by Zapatismo (Chiapas - Mexico) in the execution of its agroecological project. This Movement faces adverse conditions for the implementation of its agroecological project, due to the advance, in its territories and their surroundings, of economic development projects of various sizes, guided by perspectives incompatible with agroecology. On the other hand, the Movement, not without contradictions and adverse conditions, registers successful cases, implementing various initiatives for the execution of its agroecological project, which, besides the production of healthy food, aims at the defense of *Madre Tierra*, an objective imbricated with the issue of Human Rights.

**Keywords:** Zapatista Movement; Agroecology; Autonomous education.

## **INTRODUÇÃO**

A questão ambiental configura-se como um dos mais relevantes e prementes debates na atual conjuntura, ocupando espaço privilegiado nas agendas de Estados nacionais,

---

<sup>1</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Marília.



organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Trata-se de uma pauta visceralmente imbricada com os Direitos Humanos.

O Zapatismo, movimento social composto majoritariamente por povos indígenas de ascendência Maia no México, empenha-se na luta pela defesa da *Madre Tierra*, mobilizando, para isso, de forma intersetorial, as diversas áreas do seu projeto, em especial a Agroecologia e a Educação (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Neste texto tem-se por objetivo apresentar apontamentos sobre potencialidades, contradições e desafios enfrentados pelo Movimento Zapatista para levar adiante o seu projeto de agroecologia, em decorrência do avanço dos projetos desenvolvimentistas, com ênfase nos denominados megaprojetos, e em determinadas políticas sociais implementadas com variações pelo Estado mexicano, desde o Levante Zapatista, em 1994.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados apresentados são resultantes de estudos bibliográficos, documentais e empíricos, decorrentes de observações e entrevistas (DEMO, 1988) realizadas em territórios autônomos rebeldes zapatistas, bem como em territórios e comunidades adjacentes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Zapatismo é um Movimento antissistêmico atuante no Estado de Chiapas, região Sudeste do México. Esse Movimento detém autonomia conquistada sobre seus territórios – compostos por comunidades, municípios e zonas autônomas –, que têm as respectivas autoridades. Esses territórios são denominados como territórios autônomos rebeldes zapatistas.

Esse Movimento destaca-se também pelas suas áreas da autonomia, entre elas, a agroecologia, a saúde, a educação, a justiça e as autoridades autônomas, denominadas de *buen gobierno*, responsáveis pelo governo dos territórios autônomos (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).



O Movimento Zapatista tornou-se internacionalmente conhecido após realizar o levante armado, em 1994, declarar guerra ao governo federal mexicano e apresentar suas demandas, que, inicialmente, totalizavam 11: trabalho, terra, moradia, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz. Posteriormente, foram acrescentadas duas demandas, quais sejam, informação e cultura, totalizando, assim, 13 demandas (AGUIRRE ROJAS, 2008, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Várias das demandas zapatistas têm relações diretas ou indiretas com a questão da agroecologia, que, por sua vez, é imbricada com a concepção de mundo zapatista, com a epistemologia e com a cosmovisão dos povos indígenas, descendentes da matriz Maia, que o compõem (BARBOSA, 2015).

O Movimento Zapatista, como enunciado, tem diversas áreas de atuação, denominadas áreas da autonomia, entre elas, a educação autônoma, a saúde autônoma e a agroecologia. Cada uma dessas áreas tem seus respectivos promotores, que são os promotores de educação, os promotores de saúde e os promotores de agroecologia (SILVA, 2019).

Considerando-se apontamentos de Novaes e Pires (2017), a agroecologia contrapõe-se à produção pautada pelos princípios da Revolução Verde e do agronegócio, em especial no que se refere ao uso de agrotóxicos.

A agroecologia configura-se como uma das principais áreas da autonomia zapatista, seja pela sua importância para a dimensão material, como, por exemplo, a produção de alimentos saudáveis e a proteção da natureza, seja pela sua relevância para a dimensão simbólica, pois o Zapatismo tem uma concepção *muy otra* de relação com a *Madre Tierra*.

Para o Movimento Zapatista, a Terra, em conformidade com a cosmovisão dos povos indígenas que o compõem, é a *Madre Tierra*, portanto, a fonte da vida. Assim, a Terra não se resume a um meio de produção ou um objeto a ser explorado, irresponsável ou irrestritamente, conforme os desejos ou necessidades humanas (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Já para o sistema do capital, a natureza, portanto, o Planeta Terra, resume-se a uma espécie de estoque de matérias-primas a ser explorado para a produção de mercadorias, visando a obtenção de lucro.



Assim, a questão da agroecologia, indissociável das treze demandas zapatistas e das demais áreas da autonomia zapatista, é uma das razões das lutas desencadeadas pelo Movimento contra o *mal gobierno* e contra a *hidra capitalista*.

Para os propósitos deste texto, são destacados dois fatores que, além de, em última análise, terem relações entre si, têm, também, relações com outros fatores não abordados neste trabalho, haja vista os seus objetivos e limites. Um deles é a entrada em vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN). O outro é a guerra de contra-insurgência – também apresentada em bibliografias atinentes como guerra de baixa intensidade –, levada a termo pelo Estado mexicano contra o Zapatismo.

O TLCAN foi firmado em 1992 pelos governos do México, Canadá e Estados Unidos da América, idealizador e principal beneficiário desse Tratado, que passou a vigorar em 1º de janeiro de 1994, data do Levante Zapatista.

Entre os principais objetivos enunciados do TLCAN estão a progressiva eliminação de todas as restrições alfandegárias e de investimentos entre os países membros, possibilitando a circulação de bens e serviços nos seus territórios, bem como a proteção da propriedade intelectual. Esses e outros fatores garantiriam, em tese, o dito livre comércio em toda a América do Norte (TLCAN, [199-]).

Conforme enunciado no TLCAN, os objetivos visados são:

- a) eliminar obstáculos al comercio y facilitar la circulación transfronteriza de bienes y de servicios entre los territorios de las Partes;
- b) promover condiciones de competencia leal en la zona de libre comercio;
- c) aumentar sustancialmente las oportunidades de inversión en los territorios de las Partes;
- d) proteger y hacer valer, de manera adecuada y efectiva, los derechos de propiedad intelectual en territorio de cada una de las Partes;
- e) crear procedimientos eficaces para la aplicación y cumplimiento de este Tratado, para su administración conjunta y para la solución de controversias;
- y
- f) establecer lineamientos para la ulterior cooperación trilateral, regional y multilateral encaminada a ampliar y mejorar los beneficios de este Tratado. (TLCAN, [199-], p. 2)

Os objetivos desse Tratado demandaram e resultaram em reformas estruturais, especialmente alterações na legislação federal mexicana, visando adequar, política,



econômica e culturalmente a realidade desse país às exigências do denominado livre comércio, para fins de expansão ou intensificação do mercado capitalista globalizado. As reformas da legislação federal foram um dos primeiros e mais importantes passos para essa adequação (CHRISTLIEB, 2014, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

Algumas das reformas foram realizadas ainda no contexto de assinatura e início de vigência desse Tratado. Outras reformas foram realizadas posteriormente. Essas reformas são, em última instância, inter-relacionadas entre si e resultaram em impactos negativos para a ampla maioria das classes trabalhadoras no México.

Todavia, a reforma que teve maior repercussão entre povos indígenas no México, especialmente entre os zapatistas, foi a relacionada ao artigo 27 da *Constitución Política* mexicana, que trata do *Marco Legal Agrário*, reformado em 1992, em decorrência do TLCAN (CHRISTLIEB, 2014, EZLN, 1994, FUSER, 1995, MONTEMAYOR, 2009).

Consoante com os objetivos do TLCAN, foi necessária uma reforma da Constituição mexicana para tornar as terras *ejidales* – propriedades comunais indígenas – passíveis de serem, de diferentes maneiras, privatizadas e exploradas, direta ou indiretamente, em especial por corporações transnacionais para fins de execução de (mega)projetos.

Já no contexto da aprovação da reforma do Artigo 27, os zapatistas, bem como outras organizações indígenas em resistência, tinham clareza de que essa reforma significaria o fim da remota possibilidade de demandar, pelas vias legais, terras, com base no dispositivo da reforma agrária que, como apontado, teve impactos práticos pífios em Chiapas. Significaria, também, o fim das garantias legais de proteção das terras *ejidales*.

A abertura irrestrita do mercado, bem como a transformação das terras *ejidales* em terras passíveis de comercialização resultam em diversos impactos negativos para os povos indígenas no México e foram alguns dos principais motivos do Levante Zapatista, que resultou, dentre outras reações do Estado mexicano, na guerra de contra-insurgência. Essa guerra, levada a termo contra o Zapatismo, comunidades aliadas ou simpatizantes desse Movimento envolveu/envolve, ao longo de sua execução, diversas táticas.

Uma dessas táticas implicou a implementação de determinadas políticas sociais, que envolvem diferentes aparelhos de Estado e medidas, entre elas, o fornecimento de produtos



industrializados, especialmente gêneros alimentícios, que afeta hábitos alimentares típicos das culturas indígenas locais, além da geração de resíduos resultantes de embalagens desses produtos, não raramente descartadas na natureza, haja vista que em áreas rurais tende a inexistir alternativas eficazes ou suficientes de tratamento desses resíduos. Além disso, parte significativa desses alimentos envolve produtos transgênicos, que são combatidos pelo Movimento.

Outro fator que resulta em significativos impactos negativos para o projeto zapatista é o desenvolvimento de grandes obras, popularmente denominadas como megaprojetos, nos territórios autônomos rebeldes zapatistas ou em suas imediações.

Algumas das características-chave e comuns aos megaprojetos são diversos impactos negativos, principalmente para as populações que vivem nas áreas afetadas ou no seu entorno imediato: deslocamentos forçados (a rigor, expulsões), destruição da natureza, intensificação dos níveis de exploração da força de trabalho, danos à saúde, assédios e violências psicológicas ou físicas, assassinatos, entre outras diversas ilegalidades ou violações dos Direitos Humanos (SILVA, 2018, p. 128).

Ressalta-se, no entanto, que projetos de menor envergadura também têm impactos análogos aos dos megaprojetos, ainda que em escalas menores. Essas obras, de iniciativas estatais ou privadas, envolvem diversos segmentos da economia e têm impactos não só para a área da agroecologia, mas para o projeto zapatista em sua totalidade.

O turismo também se configura como uma política oficial de desenvolvimento econômico de determinadas regiões ou cidades, em especial aquelas oficialmente classificadas como *Pueblos Magicos*. O turismo e outros projetos ditos de desenvolvimento econômico tendem a gerar, concomitantemente ou não, diversos impactos negativos para comunidades locais, em especial comunidades indígenas e/ou rurais, inclusive no que se refere à natureza – tais como a degradação dos espaços naturais, uso de produtos transgênicos, de agrotóxicos, entre outros. Isso implica vários desafios para o projeto agroecológico zapatista.

Essas e outras políticas adotadas pelo Estado mexicano na guerra de contra-insurgência impactam direta ou diretamente no projeto agroecológico zapatista, pois implica produção, circulação e consumo de transgênicos nos territórios autônomos rebeldes zapatistas, fato que impacta não somente as tradições indígenas, mas implica, também, na geração de



resíduos que tendem a ser descartados na natureza. Vale destacar que esse descarte ocorre por povos locais, por turistas e por pessoas envolvidas na execução de megaprojetos.

Por um lado, o crescente consumo, por zapatistas e não zapatistas, de produtos industrializados, o crescimento do turismo e dos (mega)projetos, por outro lado, a inexistência ou a insuficiência de projetos eficazes de gestão de resíduos resultantes das embalagens desses produtos configuram-se como desafios para comunidades indígenas, em especial para os zapatistas, que buscam adotar medidas visando a implementação dos princípios da agroecologia em seus territórios e, com isso, a proteção da natureza.

Mobilizações contra o avanço do sistema do capital e seus impactos ocorrem em diversas partes do mundo e envolvem diferentes segmentos das classes trabalhadoras, com destaque para iniciativas de povos originários. São mobilizações contra as sementes transgênicas, contra os agrotóxicos, contra a construção de megaprojetos, contra a desvalorização ou a repressão das culturas ou modos de vida locais, contra a invasão e o despojo das terras de povos originários ou de populações locais, contra a destruição da natureza, entre outras (BARBOSA, 2015, BASCHET, 2015, SILVA, 2019).

Numa perspectiva da intersectorialidade, a educação configura-se um componente elementar para a continuidade e para o fortalecimento projeto agroecológico zapatista, imbricado com o processo de resistência e de luta desse Movimento em defesa da *Madre Tierra* e, por conseguinte, dos Direitos Humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do projeto do capital nos territórios zapatistas e suas imediações configura-se como um dos principais obstáculos para o projeto agroecológico desse Movimento.

A concepção zapatista de natureza é incompatível com a perspectiva desenvolvimentista, que marca os projetos levados implantados pelo Estado e por corporações, nacionais e transnacionais. Além dos impactos negativos para a natureza, esses projetos configuram-se como uma tática da guerra de contra-insurgência levada a termo pelo



Estado contra o Zapatismo, provocando cisões no interior e/ou entre diferentes comunidades locais.

O Movimento Zapatista adota diversas medidas visando levar adiante a resistência contra o avanço de políticas desenvolvimentistas, bem como para levar a termo seu projeto de agroecologia, indissociável de outras iniciativas nas esferas política, econômica e cultural.

A educação configura-se um componente elementar para a continuidade e para o fortalecimento do processo de resistência e de luta do Zapatismo contra os projetos do capital em seus territórios. Aliás, as diferentes áreas da autonomia zapatistas têm inter-relações necessárias entre si, aumentando, assim o potencial de luta e de resistência desse Movimento.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, C. A. *Mandar obedecendo: las lecciones políticas del neozapatismo mexicano*. México, DF: Contrahistorias, 2008.

BARBOSA, L. P. *Educación, resistencia y movimientos sociales: la praxis educativo-política de los Sin Tierra y de los Zapatistas*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

BASCHET, J. *Adiós al capitalismo: autonomía, sociedad del buen vivir y multiplicidad de mundos*. Espanha: Ned Ediciones, 2015.

CHRISTLIEB, P. F. *Justicia Autónoma Zapatista Zona Selva Tzeltal*. Ciudad de México: Estampa; Ediciones Autonom@s, 2014

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1988.

EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (EZLN). *Primera Declaración de la Selva Lacandona*. México, 1994. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em: 7 abr. 2014.

FUSER, I. *México em transe*. São Paulo: Scritta, 1995.

MONTEMAYOR, C. *Chiapas, la rebelión indígena de México*. Ciudad de México: Randon House Mondadori, 2009





NOVAES, H. T.; PIRES, J. H. S. Corporações transnacionais, a agenda agroecológica do MST e as escolas de agroecologia. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. M. (org.). *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 269-296.

SILVA, C. R. *Educação em movimentos sociais: princípios educativos comuns ao Movimento Zapatista e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2019. 410 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

SILVA, C. R. ZAD de Notre-Dame-des-Landes: uma história de autoorganização, autoeducação, autogestão e de resistência popular. *Espaço Acadêmico*, Maringá, a. XVIII, n. 205, p. 127-130, jun. 2018.

TRATADO DE LIBRE COMERCIO DE AMERICA DEL NORTE (TLCAN). [199-]. Disponível em:

[https://datd.cepal.org/Normativas/TLCAN/Espanol/Tratado\\_de\\_Libre\\_Comercio\\_de\\_America\\_del\\_Norte-TLCAN.pdf](https://datd.cepal.org/Normativas/TLCAN/Espanol/Tratado_de_Libre_Comercio_de_America_del_Norte-TLCAN.pdf). Acesso em: 13 mar. 2013.